

## **Comunicado de imprensa: BE defende obrigatoriedade de opção vegetariana nas cantinas públicas**

O Bloco de Esquerda levou hoje ao parlamento dos Açores uma proposta para garantir a existência de uma opção vegetariana nas cantinas e refeitórios públicos e financiados por fundos públicos, com o objetivo de evitar que a disponibilização destas refeições fique dependente de mudanças de administrações ou de responsáveis políticos. O PS rejeitou a proposta, mantendo, assim, o poder discricionário do Governo Regional sobre esta matéria.

“Na prática já existem várias cantinas e refeitórios públicos que disponibilizam regularmente a opção vegetariana nos seus refeitórios e cantinas. Apesar disso, a existência de uma obrigatoriedade dessa disponibilização em todos os refeitórios e cantinas públicas e financiadas por fundos públicos, dará uma maior consistência e alcance a esta medida que deixa de ficar dependente de mudanças de administrações ou de responsáveis políticos”, explicou o deputado António Lima.

O efeito negativo decorrente do facto de esta opção vegetariana não estar contemplada na legislação ficou claro com o que se passou este ano nas escolas da Região, que obrigavam os alunos que optassem por uma refeição vegetariana, a manter esta opção todo o ano, para todas as refeições. Uma situação que só foi clarificada depois de uma denúncia de um órgão de comunicação social.

Outra prova de que seria importante colocar esta questão em forma de lei é o que acontece numa cantina de uma entidade financiada por fundos públicos nos Açores, que considera que a opção vegetariana é uma sopa e um prato com alface, cebola e tomate.

“Se sopa e um prato de salada é uma refeição vegetariana, eu começo a ficar preocupada com as crianças nas escolas. Já sabíamos que as refeições convencionais são uma tristeza, e agora ficamos a saber que, na conceção do Governo Regional, uma refeição vegetariana é um prato de sopa e uma salada”, disse a deputada Zuraida Soares, alertando para a importância de garantir o equilíbrio nutricional das refeições servidas.

O deputado António Lima salientou que a grande maioria das instituições consultadas pelo parlamento deu parecer positivo a esta proposta, e lamentou a posição do PS.

Horta, 19 de outubro de 2017

---